

O racismo na perspectiva dos acadêmicos africanos: contexto Brasil - Guiné-Bissau

CRISTINA MANDAU OCUNI CÁ*

ANTONIA LIS DE MARIA MARTINS TORRES**

Resumo: O propósito deste artigo é analisar o entendimento do racismo na perspectiva de estudantes africanos guineenses, no Brasil e no país de origem dos mesmos. A metodologia da pesquisa utilizada foi de natureza qualitativa analítica, com base em fontes bibliográficas. O estudo verificou que os(as) guineenses percebiam nas universidades e na sociedade brasileira o racismo com a pessoa negra que, por vezes, reverberava na pessoa negra estrangeira. Verificou também que o racismo para com estes(as) ocorre de forma indireta, camuflada em perguntas e elogios, e que pelo fato desses(as) guineenses não terem a experiência com este tipo de discriminação em seu país de origem, muitas vezes, nem percebem que estão sofrendo discriminação racial. Apresenta como proposta de superação desse racismo a educação, a implementação de políticas afirmativas e o entendimento da questão por parte de todos os indivíduos que fazem parte da sociedade.

Palavras-chave: Acadêmicos Guineenses; Brasil; Preconceito Racial.

Racism in the perspective of african academics: Brazil - Guinea-Bissau context

Abstract: The purpose of this study is to analyse the understanding of racism from the perspective of Guinean African students, in Brazil and in their country of origin. The research methodology used was of a qualitative analytical nature, based on bibliographic sources. The research found that Guineans perceived in universities and in Brazilian society the racism with the black person that sometimes reverberated in the foreign black person. It also found that racism towards them occurs indirectly, camouflaged in questions and praise, and that because these Guineans do not have the experience with this type of discrimination in their country of origin, they often do not realize that they are suffering racial discrimination, presenting education, affirmative policies and the understanding of the issue by all individuals who are part of society as a proposal to overcome this racism.

Key words: Guinean academics; Brazil; Racial Prejudice.



* **CRISTINA MANDAU OCUNI CÁ** é Doutora em Educação Brasileira (UFC), professora de Instituto Dom José de Educação e Cultura –Idj/UVA. Atualmente faz estágio Pós-doutoral no Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação (FACED), da Universidade Federal do Ceará (UFC), sob a supervisão do Professor Dr. Hermínio Borges Neto.



** **ANTONIA LIS DE MARIA MARTINS TORRES** é Doutora em Educação Brasileira (UFC), professora efetiva do Departamento de Estudos Especializados (FACED/UFC) e do Programa de Pós – Graduação em Educação Brasileira.

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar o entendimento que estudantes africanos(as) guineenses têm sobre o racismo no Brasil e em seu país de origem, a partir de suas vivências em território brasileiro, e de estudos que discutem o assunto, trazendo em alguns depoimentos a informação de que esses(as) estudantes já sofreram discriminação no País; outros se manifestaram dizendo que nunca sofreram discriminação direta, mas que ela acontece indiretamente, por isso é pouco percebida por eles.

Nesse contexto, é importante ressaltar que os(as) estudantes guineenses, negros(as) estrangeiros(as), podem não perceber as atitudes de preconceito ou discriminação por não conviverem com isso desde a infância, ao contrário de um negro(a) brasileiro(a). Contudo não se pode esquecer que esse tipo de discriminação racial também ocorreu na Guiné-Bissau, quando o país ainda estava sob domínio do colonizador português e, que alguns dos entrevistados, talvez não tivessem ainda nascidos. Caso já tivessem nascido, pode ser que, por serem pequenos, não percebessem ou não vivessem essa discriminação na época. Nesse caso, torna-se difícil aprofundar o assunto sem antes analisar depoimentos e alguns documentos existentes a respeito da Guiné-Colônia.

Por essa razão, vale ressaltar que o motivo da escolha do tema se deu a partir da necessidade de entender como os(as) estudantes negros(as) estrangeiros(as) (caso guineense) lidam com a questão racial aqui na realidade brasileira, uma vez que vieram de uma realidade na qual a grande maioria é de cor preta.

Assim, a metodologia deste artigo é de tipo analítica, ao concordar que esta

analisa e explica com maior profundidade os resultados obtidos (ABRANTES, 2008). Nos procedimentos técnicos, realizamos pesquisa bibliográfica, trabalhando com fontes escritas, como livros, revistas, jornais, periódicos e anais de eventos; assim como desenvolvemos uma pesquisa de campo.

Na fundamentação teórica foi necessário dialogar com autores que já abordaram esse assunto nas suas pesquisas, como, por exemplo, Alves (2005); Cabral (1978); Cá, L. (2007), Cá, C. (2009), Valente (1994), Gomes (2002), Souza (2006), dentre outros que de certa forma contribuíram para o desenvolvimento deste artigo.

Isto posto, dividimos nosso argumento nas seguintes seções: 1) A compreensão do racismo na realidade guineense; 2) O caso do Brasil: relatos sobre o racismo a partir da perspectiva de estudantes guineenses em intercâmbio e egressos.

A compreensão do racismo na realidade guineense

Na literatura consultada, aparece um ponto interessante para entender o que ocorria na Guiné-Bissau em termo de preconceito e, que possibilita indagar o seguinte: a iniciativa de educar os africanos/guineenses, na província da Guiné, era realmente necessária ou não? Essa é uma das questões que Mendy (1994) tenta explicar na sua obra “Colonialismo Português em África: a Tradição de Resistência na Guiné-Bissau (1879-1959)”. Para o autor, a educação dos africanos era necessária para o colonizador, seus negócios e papel de comando. Por essa razão, a organização do processo de educação se deu para preparar certo número de pessoas, que pudessem garantir o funcionamento regular da máquina colonial, na execução das tarefas essenciais do

governo, do comércio e da agricultura; para isso era necessário planejar e controlar a educação colonial para ser prática e funcional, sem a intenção de criar uma inteligência africana, como mostra, claramente, a observação do patriarca de Lisboa, o Cardeal Manuel Gonçalves Cerejeira:

“Necessitamos de escolas em África, mas escolas nas quais mostramos ao indígena o caminho da dignidade do homem e da glória da nação que o protege [...]. Queremos ensinar os indígenas a escrever, ler e contar, mas não fazer deles doutores” (MENDY, 1994, p. 316).

A citação acima não deixa dúvida de que o objetivo fundamental da educação colonial era criar e expandir uma reserva de colaboradores africanos para o regime colonial, capazes de exercer a função para a qual fossem designados, havendo também o cuidado de que não se desenvolvesse uma consciência crítica que conduzisse o africano a uma compreensão daquele mundo social, que pudesse libertar o homem da ignorância e da dependência que lhes eram impostas ali. Essa afirmação de Mendy evidencia que a educação colonial a que ele se refere visava ao treinamento de guineenses que tinham acesso às instituições escolares coloniais.

No tocante à questão se na Guiné-Bissau havia discriminação racial, Cabral (1978) afirma que havia discriminação. Segundo ele, a ínfima minoria de africanos ditos ‘civilizados’ - que teoricamente são considerados como cidadãos portugueses - não gozavam dos privilégios reservados aos europeus. Alguns deles, afirma o autor, encontravam-se numa situação de isolamento entre a massa da população africana e os colonos [brancos], e estes últimos rejeitam-nos com uma discriminação declarada ou dissimulada.

De acordo com a constatação acima, percebemos que durante a dominação portuguesa o povo guineense enfrentou a discriminação e o preconceito no próprio país por parte do colonizador português. Um preconceito que fazia com que se sentissem inferiores e incapazes em relação ao colonizador (homem branco), que era considerado “civilizado”. Além desse preconceito, havia também outro tipo de preconceito que o colonizador usava para discriminar os próprios guineenses, por meio das palavras *assimilado* e *indígena*. Também, no período da dominação colonial, o português criava intrigas entre as etnias para melhor poder dominar os diferentes grupos. Mas, com a independência muitas coisas foram “superadas”, como por exemplo, as referidas palavras, que tinham valor enquanto o país estava sob a dominação colonial, depois da independência não se ouvia mais. Assim, a superioridade e a inferioridade de um grupo étnico sobre outro deixou de existir nos discursos oficiais e no cotidiano (CÁ, L., 2007).

De fato, o povo guineense superou as barreiras de etnicidade. Logo após a independência, aumentaram-se os números de casos de coabitação interétnica, quer por via de casamentos mistos (entre as diferentes etnias) quer por via de migração no país, quer ainda por via de intercâmbios culturais informais e de religião. A cúpula de alguns novos políticos supostamente letrados é que ainda não se apercebeu do valor da unidade nacional, da responsabilidade individual de titulares dos cargos públicos e de igualdade de oportunidades.

Cá, L. (2007) revela em sua pesquisa que depois da independência muitas coisas foram superadas, inclusive, a discriminação que era o foco principal durante o processo de dominação

colonial. Com a independência, todos os guineenses, independentemente de grupo étnico a que pertencem passaram a “usufruir” dos mesmos direitos formais garantidos pelo novo governo, como, por exemplo, a matrícula na escola, atendimento nos postos de saúde e nos hospitais.

Partindo desse pressuposto, entende-se que as obras analisadas mostram que os entrevistados mais velhos possuem lembranças ou sabem sobre a história da discriminação na Guiné-Bissau e a forma pela qual ela permeava o contexto colonial. Com a independência prevalece a noção de cidadania e os esforços para garantir a igualdade, independentemente da origem étnica. Contudo, o fim da discriminação racial na Guiné-Bissau leva a questionar o seguinte: será que a discriminação que havia durante a colonização portuguesa para com indígenas, caboverdianos e assimilados foi superada de imediato, sem deixar resquícios no presente?

Em Guiné-Bissau a discriminação foi ultrapassada com a ajuda de uma política imposta pelo PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde), durante a luta de libertação nacional, como mostra o discurso de líder Amílcar Cabral. Cabral (1978, p. 122) diz o seguinte: “[...] Se vocês repararem bem, podem ver que esses descendentes de guineenses ou de caboverdianos [assimilados] que estão bem na vida têm um único interesse comum: todos agarrados aos tucas (brancos), fingindo ser portugueses o máximo que podem [...]”. Portanto, esse é um dos discursos usados para conscientizar a população nas zonas libertas, no entanto, não há como a população contrariar essa política ideológica do PAIGC.

¹ Filho de branco com preto.

A questão hoje é relevante para estudos comparativos do passado e do presente guineense que estão por se fazer. Talvez o ontem tenha sido de grande preocupação para os dirigentes do PAIGC, pela ideologia socialista do primeiro momento pós-independência, mas não só por isso. Amílcar Cabral, como líder do PAIGC, além de ser ou pertencer a uma família dos assimilados, era também visto como filho de descendentes cabo-verdianos, que no passado eram mal vistos na Guiné, devido ao papel que desempenhavam, o de trabalhar a mando dos portugueses nos lugares de difícil acesso. Assim, o PAIGC tinha que ter um discurso mais voltado para unir ambas as partes e, talvez coubesse aos dirigentes do PAIGC essa função, tanto para aqueles que eram cabo-verdianos ou descendentes, como para os filhos da Guiné que eram assimilados e que lutavam ao lado desses cabo-verdianos. Por esta razão, quiçá a política de formação do homem novo fosse a melhor saída para acalmar os dois lados.

Até hoje na Guiné-Bissau o mestiço¹ é chamado de *cabriano*, mesmo sendo filho de um italiano, francês, inglês etc. com guineense. De igual modo, em Cabo Verde, qualquer estrangeiro africano de cor preta é também chamado de manjaco [mandjaco²], não importa se é senegalês, nigeriano, ou de outra nacionalidade.

Neste caso, a discriminação deixou de existir com uma determinação ideológica imposta pelo partido único PAIGC ou tem outra explicação? As perguntas permanecem como carentes de respostas mais concretas e demarcam um diferencial no processo de discriminação no interior da nação guineense no passado e presente e os processos de

² Ligado a um grupo étnico da Guiné-Bissau.

discriminação que estudantes guineenses enfrentam no Brasil.

O caso do Brasil: relatos sobre o racismo a partir da perspectiva de estudantes guineenses em intercâmbio e egressos

No Brasil, estudos anteriores mostram que estudantes e formados guineenses acabam por se defrontar com um processo de discriminação, agora não mais pensado em termos étnicos, mas expressos a partir da “tonalidade da cor da pele”. Algo pouco conhecido por eles e comum à realidade do negro brasileiro. É com relação ao negro brasileiro que fazem suas observações.

Cá, C. (2009) traz o relato de Thiago (Estado de São Paulo/ Engenheiro Eletrônico não retornado³) lembra que o problema do negro no Brasil é complexo. Este relata que na década de oitenta quando aqui chegou, que já tinha um noção da história do Brasil, porque seu país sofreu com a mesma colonização. Então, algumas coisas na história são coisas que ele já sabia, é um país que tem negro e branco. Mas afirma que

[...] só que para muita gente, até entre o nosso grupo praticamente, era pouco que podia falar que já sabia que a situação do negro [brasileiro] era assim. Porque a nossa primeira constatação é quando chegamos à universidade e não achamos negros locais na universidade (p. 122).

Cá, C. (2009) apresenta também o relato de Antônio (Estado de São Paulo/ Médico não retornado), que destaca que falar do negro no Brasil é uma questão muito complexa e muito profunda. Ele acha que é um assunto muito extenso, que se a gente for discutir não vai acabar tão cedo; alega ainda que é mais fácil

falar do negro na Universidade de Campinas (UNICAMP), ou seja, na sua realidade cotidiana. Segundo este entrevistado, foi nessa universidade onde ele se formou em 1983. Para ele, o negro brasileiro “abaixa muito a cabeça. Tem certas coisas que eles não poderiam permitir e eles aceitam. E nós que viemos de fora, como negros também, isso acaba refletindo em nós” (CÁ, C., 2009, p. 123).

A mesma preocupação também foi apresentada pela Miranda (2018), quando ela admite que aqui no Brasil também tem o racismo extrínseco por um falso elogio, quando percebe-se uma falsa cordialidade na relação entre sujeitos brancos e não brancos em constantes tensões historicamente demarcadas. Para melhor esclarecimento disso, a autora traz um recorte da entrevista feita com estudante de farmácia da Guiné-Bissau que justifica que , “preconceito, preconceito nunca sofri aqui, mas tem gente que me olha [...] eu queria ter a pele que nem você, uma pele linda”. Portanto, o racismo extrínseco é o mais comum, uma vez que ela trabalha com a questão da aparência simplesmente.

O depoimento de Adriano (Estado de São Paulo/ estudante de Mestrado em Ciências de Computação) informa que o negro no Brasil é oprimido; que os negros foram escravizados e fizeram maior sacrifício para ajudar a construí-lo, e que “deveria existir oportunidades iguais para todos, pois isso [a desigualdade] atrasa o desenvolvimento do Brasil” (CÁ, C., 2009, p. 124).

Otávio (Estado de São Paulo/ Geólogo) explica que onde ele fez faculdade nunca estudou com um negro brasileiro, só com um angolano, que era dois anos mais

mesmo após a conclusão da formação acadêmica no Brasil.

³ Usaremos o termo *não retornado* em referência aos guineenses que não retornaram ao seu país,

novo que ele; e Marcelo Francisco Barbosa (Estado de São Paulo/ Engenheiro Eletrônico não retornado) afirma que também durante o seu curso, de 1990 a 1994, não chegou a estudar com nenhum negro brasileiro, apenas com três negros que eram angolanos.

Estes depoimentos mostram que nas universidades em que os entrevistados estudavam quase não tinham negros(as) brasileiros(as) e, apenas um dos depoentes afirmou que na faculdade em que ele estudou tinha negro [mestiço] brasileiro. Os não retornados, estudaram na década de 1970 a 1980 e na época em que eles estudaram, a maioria era negro estrangeiro (africanos de diferentes países da África) e alguns mestiços brasileiros.

A ausência ou a dificuldade do negro de se inserir nas universidades brasileiras foi justificada em torno de dois fatores, por Souza (2006, p. 82):

Primeiro pela condição socioeconômica desfavorável em que vive grande parte da população negra no Brasil. Por estar entre os mais pobres, o negro estuda nas piores escolas: aquelas com piores infra-estruturas e com os professores menos preparados, além de uma trajetória escolar acidentada, devido, muitas vezes, a evasão escolar causada pela entrada prematura no mercado de trabalho. O segundo fator que prejudica a formação escolar do aluno negro são as práticas pedagógicas comprometidas com as estruturas raciais existentes em nosso país [Brasil]. De acordo com estudos, o aluno negro é aquele que se senta sempre nas últimas fileiras da sala de aula.

Neste caso, percebe-se que os depoimentos mostram as preocupações de estudantes e de não retornados guineenses com relação ao preconceito e

ao racismo na realidade brasileira. Porém, alguns dos depoentes chegaram à conclusão de que o racismo aqui no Brasil é aberto, já para, outros, não é aberto e, sim, disfarçado, porque acaba deixando a vítima sem ação.

O mesmo assunto também foi discutido por Gomes (2002, p. 92), para o qual a discriminação racial no Brasil é muito sutil; segundo ele “[...] É do tipo que à frente te ofereço um sorriso e atrás te espeto um facão. É bem nesse estilo”.

Valente (1994) afirma que o racismo aqui é “sutil e camuflado”. A autora explica que essas atitudes de preconceito que acontecem no Brasil não são iguais as dos outros lugares.

[...] de fato, o racismo contra o negro no Brasil não tem as mesmas características do racismo nos Estados Unidos e na África do Sul. O racismo, aqui [no Brasil] é diferente. Ele é sutil, camuflado. Ora se esconde, se disfarça, ora se revela. As razões dessa diferença são históricas, a começar pela forma como se processaram as colonizações nos três países (VALENTE, 1994, p. 42).

No estudo feito por Alves (2005, p. 53), também foi discutida essa questão sobre o racismo, como mostra o trecho abaixo:

[...] Os policiais não podem ver você na rua que logo dão Blitz, eles [os policiais] até já me conhecem. Sempre quando chega, um diz! Não esse aí é o caboverdiano. Já levei Blitz até na porta da minha casa, ia entrar o policial me parou e me perguntou onde ia, o que estava fazendo com aquela chave? Falei que moro ali, pediu os documentos e disse você é Angolano, falei não sou caboverdiano, aí diz é a mesma coisa [...]

Já o pesquisador angolano Gomes (2002, p. 101) traz outro relato sobre o mesmo assunto:

[...] Eu saía de uma discoteca de Copacabana, com um colega meu que formou-se em Economia lá na Universidade Gama & Filho. Então o motorista que estava nos levando, sei lá, pode ser por questão de insegurança dele, ele ficou com algum receio – eles têm certas regras, acender as luzes de dentro, enfim, dar a entender aos policiais que estão com medo enfim...ele fez isso. Eu notei. Os policiais nos mandaram parar e fomos interpelados. Mas o que é que acontece? Os policiais queriam que a gente fosse até aos caixas eletrônicos, tirarmos dinheiro para lhes entregar porque nós éramos negros, dito assim, taxativo: éramos estrangeiros e tínhamos dinheiro, e se não o fizéssemos, poderíamos apodrecer nas prisões, porque eles apresentariam maconha dizendo que a gente estava mexendo com droga e era a palavra deles contra a nossa. E como é que nós haveríamos de provar o contrário! A nossa sorte é que o meu colega do Rio estava namorando uma menina e a menina estava lá presente, a menina é branca, estava no último ano de direito e o pai é um advogado reconhecido no Rio. Essa foi a nossa chance.

De acordo com os depoimentos apresentados pelo estudioso acima entendemos que desrezos e perseguições policiais não foram sentidos só por estudantes guineenses e, sim, por estudantes africanos de nacionalidades diferentes, que foram abordados também pelos policiais brasileiros e também, até alguns jovens brasileiros negros passam por esse mesmo constrangimento.

Cá, C. (2009, p. 129) apresenta o relato de Marcelo sobre o preconceito racial que sofreu no Brasil, fora da universidade:

[...] Tem certas coisas que eles não poderiam permitir e eles aceitam [negros brasileiros]. E nós que viemos de fora como negro também, isso acaba refletindo em nós. Não sei se você percebeu? Quando eles percebem que você não é negro brasileiro, logo eles se preocupam. Ah! Você é diferente! Eu sou diferente como? Se você já me avaliou pela minha cor, antes de se comunicar comigo, antes de saber quem eu sou? E depois [de] descobrir: Ah você é diferente! Isso é o quê? Dou um toque mesmo, não deixo passar em branco.

Com relação ao relato de Marcelo, o que pesou mais foi a questão da cor da pele. Pelo fato dele ser negro, entre outros dois engenheiros brancos, que estavam no local, foi confundido com o porteiro. Mas, pelo contrário, o responsável do grupo era ele como mostra um trecho do relato acima apresentado.

O mesmo preconceito com a cor da pele atingiu outros estudantes africanos, segundo relato apresentado na obra por Subuhana (2005), que afirma que uma das entrevistadas moçambicanas que estava numa festa na Barra da Tijuca afirmou que foi confundida como sendo a empregada doméstica, por ser a única negra entre os outros participantes da festa:

[...] Num dia desses fomos numa festa na Barra da Tijuca [...] lá, por eu ser a pessoa mais escura na festa, houve alguém que me pediu [...] coisas. Achou que eu fosse empregada e estivesse ali para servir [...] Daí falei para ele que eu era convidada [...] Depois que descobriu que eu era estrangeira começou a me olhar de uma maneira diferente [...] (SUBUHANA, 2005, p. 116).

Ao analisarmos os relatos dos entrevistados, tanto dos guineenses como dos outros teóricos que discutiram o mesmo assunto, percebemos que o

preconceito racial no Brasil não está limitado à questão econômica, porque em alguns casos as pessoas sofrem preconceito pela cor da pele, mesmo sendo uma pessoa bem sucedida economicamente. Exemplo disso é o engenheiro Marcelo que foi vítima de um preconceito antes da pessoa saber quem ele era. De acordo com as constatações feitas a partir das entrevistas, entendemos que o fato mostra que o preconceito abrange a questão econômica e a tonalidade da cor da pele. Ainda sobre racismo, Alves (2005, p. 54) enfatiza que “[...] no Brasil, no Rio de Janeiro em particular muitas das vezes as pessoas são classificadas, segundo a tonalidade da cor de sua pele, ter pele escura (Preto) é sinônimo de pobreza, marginal, ser inferior, há uma imagem pejorativa do negro neste país [Brasil]”.

A análise que realizamos revela que os preconceitos apontados por estudantes guineenses e não retornados têm acontecido fora dos campos universitários e ainda que outros estudantes afirmem nunca terem sofrido preconceitos, todos admitem que existe preconceito racial no Brasil. A questão é que não conviveram com esse preconceito desde pequenos, como os negros brasileiros que desde o nascimento convivem com ele e, por isso, só de conversar um pouco com uma pessoa, eles já sabem se a pessoa está lhes discriminando ou não. Segundo Gomes (2002), mesmo para os brasileiros que sofrem o preconceito, não é fácil e nem todos conseguem perceber.

Então, nesse sentido, fica difícil para os negros estrangeiros, entre eles, os guineenses, perceberem se é preconceito ou se é uma simples pergunta que alguém lhes dirige. Por exemplo, muitas vezes alguém na faculdade, onde o negro brasileiro e o africano estudam, perguntam: Você trabalha aqui? A

pergunta não poderia ser ao contrário? Você estuda aqui? O negro estrangeiro só responde que não, mas esse tipo de pergunta para um negro brasileiro é chocante. Ela já discrimina a pessoa, mostra claramente que os negros que se encontram nas universidades, tais como na USP e UNICAMP, só podem ser funcionários e não estudantes universitários.

A condição de negros estrangeiros, às vezes, facilita a aproximação de pessoas, mesmo as preconceituosas, que acabam se aproximando do estrangeiro por curiosidade. Por outro lado, os negros africanos, às vezes, também não podem contar com a amizade de alguns negros brasileiros que se sentem “superiores” em relação aos negros africanos. Conforme Subuhana (2005, p. 122), “[...] as representações construídas sobre os negros africanos são bem negativas. Quando veem um negro africano ‘começam a imaginar que vivemos na selva, subimos em árvores e andamos no meio de elefantes’”.

O depoimento de Antônio mostra que estudantes guineenses mais antigos não se preocupavam muito com a questão do preconceito ou racismo. Porque querendo ou não, esses estudantes vieram de um país (Guiné-Bissau) quase sem brancos e com pouco número de mestiços. E quando o país ficou independente, em 1973, o PAIGC, partido que conquistou a independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde, se preocupou logo em acabar com a discriminação que havia na época colonial entre branco e preto e entre os assimilados e indígenas. Então, isso foi bem trabalhado, tanto na cor da pele entre branco e preto, tanto na categoria de assimilado e indígena, como também, nas diferentes etnias que existem no país. Por esta razão, o povo da Guiné-Bissau pode circular em todos os lugares, pode

trabalhar e pode estudar em qualquer escola, em sua própria terra, sem se preocupar com a questão de preconceito ou discriminação. O problema se coloca apenas quando busca por uma formação maior em outros países, entre esses, o Brasil (CÁ, C., 2009).

O entrevistado Otávio afirma que quanto ao preconceito entre os colegas, não havia. Às vezes tinha incidentes que dava para resolver na hora. Por outro lado, ele manifestou a dificuldade que tinha de namorar as meninas negras brasileiras (CÁ, 2009). Sobre isso, Frantz Fanon narra situações em que a mulher intelectual negra quer de qualquer jeito embranquecer-se através do casamento com um branco e outras em que a mestiça persiste nessa tentativa para não regredir no esforço de ascensão social e de salvação da raça (MUNANGA, 1986, p. 29).

Também Valente (1994) manifesta que a vontade dos “mulatos(as)”⁴ brasileiros(as) é casar com um branco. Diz Valente: “[...] a tendência dos mulatos [sic] é optar por uma aliança com os brancos, mesmo sabendo que o preço pago é alto. Para ser aceito, o mulato deve negar a existência do racismo ou calar-se ante suas manifestações” (p. 44). Caso o negro(a) resolva fazer denúncias contra o branco, poderá escutar algo assim: “Que é isso! Você não é negro, não! Você é moreno, mulatinho, queimadinho... Além disso, aqui o negro é bem tratado. Você é que é racista!” (p. 44). A autora ainda lembra que os preconceitos enfrentados por negros são os mesmos, só as “proporções é que são diferentes”. Por exemplo, segundo autora, “[...] para os negros, os

brancos usam de menos sutileza nas manifestações de preconceito, do que para com o mulato [sic]; para os mulatos [sic], o tratamento desigual e diferenciado é dado com mais sutileza. A sutileza é a alma do negócio” (VALENTE, 1994, p. 44).

Com relação às amizades, os entrevistados de Cá, C. (2009) manifestaram que possuem amigos de todo tipo, como podemos perceber nos depoimentos. Por outro lado, alguns desses estudantes mostram que existe diferença entre amigos brasileiros e amigos africanos e para outros não existe essa diferença, acreditam que todos são amigos, sem diferença nenhuma.

Nesse sentido, conforme a depoente Márcia (Estado de São Paulo/ estudante de graduação em Letras), ela não tem preferência da cor de pele, não escolhe suas amizades pautada nesse critério. Mas, quanto à diferença entre amigos brasileiros e guineenses faz a seguinte diferenciação:

[...] Sim existe, porque com os amigos brasileiros a gente troca idéia sobre costumes que a gente vive lá em Guiné e aqui também. Por exemplo: na Guiné numa festa a gente não tem esse costume de ficar com outra pessoa. A gente namora, mas aqui não, todo mundo fica. Você vai numa balada você vê quase todo mundo beijando. Quanto aos amigos guineenses, por exemplo: na Guiné todo mundo é amigo, se você não tem sal de cozinha em casa, você pode pedir na casa da sua vizinha, pede comida, pede mistura, pede tudo. Mas aqui não, todo mundo é fechado, se você não tiver nada em casa, você se vira. Lá é diferente,

⁴ Valente (1994) usa as categorias “mulato” e negro como diferentes. Mas, atualizamos informando que o termo “mulato” não é mais reconhecido pelo Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288/2010, nem nos estudos na

contemporaneidade, em vista de sua herança racista. Atualmente, reconhece-se que negros são pretos e pardos, não incluindo, portanto, “mulato”.

costumes são diferentes daqui [...] (CÁ, C., 2009, p. 136).

Já para o depoente Sergio, é o seguinte: “Tenho amigos de tudo. Negros, brancos etc. Tenho amigos de tudo” (CÁ, C., 2009, p. 136). Ele afirma que não existe diferença, segundo ele, amigo é amigo e para ele, a diferença é apenas de hábitos e costumes.

Nestes relatos, o depoente e a depoente deixam claro que amizade não tem cor, o que importa é um bom relacionamento e troca de experiência, como todos manifestaram. Mas, a presença de estudantes negros(as) africanos(as) pode levantar a curiosidade a muitos(as) brasileiros(as), mas também cria ciúmes em outros. De acordo com Gusmão (2007, p. 10):

Por parte dos brasileiros, a discriminação se coloca, não apenas com relação à origem e a cor, mas, em razão de serem os estudantes africanos, sujeitos de benefícios propostos pelos acordos bilaterais de seus países com Brasil, o que lhes facilita o acesso à educação, nomeadamente de nível superior. Para muitos brasileiros, tal fato soa como privilégio e ofensa, já que para os nacionais o ingresso a uma universidade exige superar barreiras nem sempre em condições de serem transpostas pelos nacionais.

Querendo ou não, a presença desses(as) africanos(as) nas universidades chama muita atenção e pode até incentivar alguns negros(as) brasileiros(as) a lutar para conquistarem seus direitos como cidadãos e cidadãos brasileiros. Mas, lembrando a todos que, qualquer país que está em vias de desenvolvimento precisa de apoio de outros países que estão mais avançados, como é o caso da Guiné-Bissau nesse momento com o Brasil e isso talvez tenha acontecido também com o Brasil anos atrás. Este parece ser o caso de alguns quadros

brasileiros, inclusive, de professoras e professores universitários também que já se beneficiaram de formação superior, em diferentes países no exterior, por exemplo: França, Estados Unidos, Alemanha, etc.

Com relação à recepção no Brasil, apontamos, baseados nos depoimentos e em nossa experiência que, nos primeiros momentos quando chega um(a) estudante africano(a), as pessoas que se aproximam ou que mostram interesse em conhecer alguma coisa sobre África são geralmente brancas. Algumas chegam até com perguntas interessantes sobre a cultura, língua, os pratos típicos, música, danças, etc., mas além dessas perguntas, existem outras perguntas que são provocantes, tais como: Você pescava no seu país? Você veio de barco? Ouvi dizer que lá na África as pessoas dormem nos galhos das árvores, etc. Então, nessas horas você tem que saber quem está interessado mesmo em saber alguma coisa sobre a África e quem está agindo com preconceito. Essa questão também foi levantada por Gusmão (2006), que apontou que nessa aproximação de brasileiros com africanos é comum perguntas como “‘Você vem da África? Mas lá falam português?’; ‘Lá vocês tem carros, luz elétrica?’; ‘Como você chegou aqui? De navio?’ ‘Porque muitos assim, muitos amigos meus pensam assim: Puxa lá em Angola [vo] cês vivem em tribos? Não sei o quê tal e tal [...] (GUSMÃO, 2006, p. 54), as quais revelam o desconhecimento sobre a África, tal como o preconceito para com a mesma.

Quanto aos(as) negros(as) brasileiros(as), são estes os(as) que, às vezes, demoram a se aproximar dos(as) africanos(as). Em Campinas, durante nossa observação, percebemos que alguns negros(as) brasileiros(as) se aproximam, mas a maioria demora um

pouco para se aproximar dos(as) africanos(as). Os(as) depoentes colocam que geralmente os(as) brasileiros(as) iniciam uma aproximação perguntando sobre a África e o país de onde vieram, os costumes. Assim, é o interesse por querer saber mais sobre o lugar do outro que aproximam e começam a se relacionar brasileiro(a) e guineense/estudante africano(a).

Isto posto, a pesquisa apresentada revelou que o racismo no Brasil ainda é muito forte, chegando a reverberar também nos negros e negras estrangeiros(as) que vêm para o país em busca de formação. No entanto, os relatos analisados revelam que o racismo para com os africanos e africanas ocorre de forma indireta, com perguntas que expressam uma discriminação velada, que tratam a África como uma selva e seu povo como animais, que vivem em árvores, isolados da cidade; e por meio de olhares que por si só já classificam o negro africano como diferente. Em nossa análise verificamos também que os(as) estudantes guineenses percebem as opressões pelas quais passam os negros na sociedade brasileira, principalmente no âmbito da educação.

No período analisado, a população negra brasileira era minoria nas universidades brasileiras; cenário este mudado pelas políticas de cotas para acesso à universidade, conforme mostra pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), de 2019. Os dados desta pesquisa apontam que na atualidade esta é maioria nas universidades, contudo, não significa que o racismo nessa sociedade tenha sido superado. Nesse sentido, a escola exerce importante papel na desconstrução do racismo, as pesquisas científicas, as políticas afirmativas, etc. Essa desconstrução passa também pelo entendimento que cada um e cada uma

deve procurar sobre a questão, não sendo indiferente ao racismo. Falar de racismo não é só para negros e negras, é um assunto que cabe a todos e todas. Reconhecer os privilégios que se têm em relação aos(às) afrodescendentes deve culminar em efetivas ações nesse âmbito. Uma pessoa antirracista deve contagiar outras pessoas a também serem antirracistas. As universidades precisam ser um espaço de construção do conhecimento, sem marginalização de qualquer indivíduo, onde seus alunos e alunas se relacionam independente de cor, gênero, classe social, ou qualquer outro aspecto que nos diferencia como indivíduos.

Considerações finais

A presente pesquisa serve como fonte de investigação sobre o racismo, sob a perspectiva de estudantes africanos guineenses, no Brasil e na Guiné-Bissau, trazendo uma breve história sobre o preconceito racial no país de origem destes e analisando os relatos sobre o racismo em território brasileiro, baseados na experiência desses como estudantes, que no período das entrevistas estavam em processo de formação em universidades brasileiras ou haviam concluído suas formações, mas não retornaram ao seu país, estando inseridos no mercado brasileiro e tendo formado família nesse país estrangeiro.

Frisamos que o resultado desta pesquisa é de grande valia, porque além de abordar a vivência desses estrangeiros na realidade brasileira, também permite ao(à) leitor(a), às autoridades brasileiras, às comunidades negras e aos(às) simpatizantes da temática, refletirem sobre o assunto e buscarem alternativas que possam tornar a convivência entre branco e negro harmônica e saudável.

Referências

ABRANTES, J. **Fazer monografia é moleza: o passo a passo de um trabalho científico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2008.

ALVES, M. F. C. **Estudantes caboverdianos na cidade do Rio de Janeiro: o processo de socialização e redes sociais**. 2005. 101 f. Monografia (Curso de Pedagogia)- Centro de Ciências Humanas e Educação, UNI Rio. Rio de Janeiro, 2005.

CÁ, C. M. O. **A trajetória dos quadros guineenses formados e em formação no Brasil na visão de estudantes e profissionais de 3º grau**. 2009. 186 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Sociedade, Política e cultura) – Faculdade de Educação da UNICAMP, Campinas, SP, 2009.

CÁ, L. O. **A contribuição de Paulo Freire na organização do sistema educacional da Guiné-Bissau**. Rio de Janeiro: Publit, 2007.

CABRAL, A.; ANDRADE, M. (Coord.). **A arma da teoria: unidade e luta I**. 2. ed. Seara Nova- Lisboa: SARL, 1978.

GOMES, J. M. S. **Estudante na terra dos outros: a experiência dos universitários angolanos da Universidade Federal de Minas Gerais – Brasil**. 2002. 180 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG/ FaE, 2002.

GUSMÃO, N. M. M. de. Na terra do outro: invisibilidade e presença de estudante africanos no Brasil, hoje. **I conferência Internacional do Centro de Estudos das Culturas e Línguas Africanas e da Diáspora Negra**, UNESP FCL, Araraquara, 15ª, 17 de maio de 2007.

_____. Trajetos identitários e negritude: jovens africanos no Brasil e em Portugal. **Impulso**,

Relações Raciais e Étnicas, Piracicaba, v. 17, n.43, p.1-149, maio/agosto. 2006.

IBGE. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

MENDY, P. M. K. **Colonialismo português em África: a tradição de resistência na Guiné-Bissau (1879-1959)**. Lisboa: Imprensa Nacional Casas da Moeda, 1994.

MIRANDA, O. A. Esse negro na sala de aula: olhares e experiências de estudantes africanos no Maranhão. **Kwanissa**, São Luís, v.1, n.1, p.24-40, jan./jun. 2018. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/kwanissa/article/viewFile/8625/5279>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

MUNANGA, K. **Negritude: Usos e Sentidos**. São Paulo: Ática S.A, 1986.

SOUZA, F. M. de. **Anônimos e invisíveis: os alunos negros da Unicamp**. 2006. 129 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)- Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2006.

SUBUHANA, C. **Estudar no Brasil: imigração temporária de estudantes moçambicanos no Rio de Janeiro**. 2005. 211 f. Tese (Doutorado em Serviço Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, 2005.

VALENTE, A. L. E. F. **Ser negro no Brasil hoje**. 11. ed. São Paulo: Moderna, 1994. – (coleção polêmica).

Recebido em 2019-11-08
Publicado em 2020-06-07